



A (Re)Produção do Conflito Hídrico em Ilhabela (Brasil)

Natália Dias Tadeu ^a, Paulo Sinisgalli ^b

^a Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental da USP, Brasil, nataliadiast@gmail.com.

^b Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental da USP, Brasil, psinisgalli@usp.br.

RESUMO: Neste estudo, analisamos um conflito por acesso à água, localizado na sub bacia hidrográfica dos rios São Sebastião/Frade, Ilhabela (SP/Brasil). Esta sub bacia apresenta relativa alta disponibilidade hídrica (quali e quantitativa), contudo parte da população foi afetada pela falta de água no período entre 2012 e 2015. O conflito socioambiental pelo acesso à água envolve uma comunidade local e um condomínio de casas de segunda residência de alto padrão que disputam o uso da água em uma região não atendida pela companhia de saneamento responsável. Este trabalho apresenta uma análise do conflito sob a abordagem de ciclos hidrossociais, de forma a aprofundar a discussão sobre as relações de poder envolvidas, que transformam e são transformadas pela água. Por fim, a abordagem possibilita considerar diferentes dimensões da água na análise, de forma a ampliar a compreensão sobre as relações constitutivas do conflito.

PALAVRAS CHAVE: Conflito por acesso à água, ciclo hidrossocial, coalizões políticas multiníveis.

1 INTRODUÇÃO

Em muitos casos, o acesso à água pouco tem a ver com a disponibilidade hídrica (quali e quantitativa). Nesta hipótese, já explorada também a partir da análise da organização de atores em redes organizadas em coalizões políticas multiníveis (Tadeu & Sinisgalli, 2017; Tadeu et al, 2018), será analisada a partir de uma abordagem complementar – a abordagem do ciclo hidrossocial.

Este tema se mostra relevante, uma vez que a falta de água é apresentada como algo iminente e inevitável devido à crescente demanda pelo recurso tanto para o consumo humano quanto para o crescimento econômico (Barlow & Clarke, 2003; Santos & Rodriguez-Garavito, 2005). Contudo, Swyngedouw (2004) irá destacar, o que ele denomina como uma “ligação perigosa” entre a noção de finitude e “escassez produzida” da água. Ao passo em que o preço é o principal mecanismo para regular a “escassez”, a construção discursiva da água como um bem escasso é fundamental na estratégia de mercantilização.

No caso aqui estudado, também se observa um processo de produção social de escassez hídrica, com envolvimento de diversos atores públicos e privados, governamentais e não governamentais, com distintos interesses buscando distintas formas de solução para o tema de abastecimento de água. O conflito pelo acesso à água neste estudo decorre de uma transposição de água entre duas microbacias inseridas na sub-bacia do córrego de São Sebastião/Frade, localizadas no sul do Município de Ilhabela, Litoral Norte (LN) do Estado de São Paulo, Brasil. Neste local, assim como em toda a região do Litoral Norte de São Paulo, onde a empresa de saneamento não presta serviços, a captação de água ocorre diretamente dos corpos hídricos. O corpo hídrico do conflito atende a uma comunidade local e a um condomínio de segunda residência (Godoy & Formaggia, 2013).

Durante o período de estiagem, que se iniciou em 2012 e persistiu de forma intensificada pelos próximos 3 anos, o condomínio – que possui a outorga de uso da água – realizou a transposição de uma vazão de água que provocou uma indisponibilidade hídrica para o atendimento da comunidade

local – que não possui outorga de uso da água (Tadeu *et al*, 2018) e se encontra em processo de regularização fundiária (Ilhabela, 2018).

Frente a este caso, este estudo visa analisar como os atores envolvidos em um conflito local por acesso à água em Ilhabela (meio sociopolítico) se relacionam de maneira dialética com a água, de forma que o fluxo hídrico local condiciona uma organização social, que por sua vez, reflete e é determinado por esta. Este estudo toma como partida as análises realizadas em trabalhos prévios (Tadeu & Sinisgalli, 2017; Tadeu *et al*, 2018), nos quais foram identificadas e apresentadas a organização e configuração política e social de atores direta e indiretamente envolvidos no conflito.

Aqui se emprega a abordagem de ciclo hidrossocial (Linton & Budds, 2014) para realizar uma análise complementar àquela apresentada em Tadeu *et al* (2018), que identificaram, para além da rede organizada em alianças ou coalizões, o uso de escalas de regiões administrativas, como é o caso da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), como formas de influência sobre a rede de atores e as “regras do jogo” no setor de gestão do saneamento.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Linton & Budds (2014) apontam que a abordagem do ciclo hidrossocial pode ajudar a melhor compreender a relação entre água e sociedade. Para operacionalizar esta abordagem, foram consideradas três dimensões do ciclo hidrossocial (Linton & Budds, 2014): a estrutura de poder e as relações sociais; o material (H₂O) e; por fim, o tecnológico e a infraestrutura.

Quanto à dimensão social, foi realizada a partir das análises já apresentadas em Tadeu & Sinisgalli (2017) e Tadeu *et al* (2018), bem como: i) levantamento de notícias veiculadas no período de 2012 a 2016; ii) entrevistas semiestruturadas com os atores de órgãos envolvidos direta ou indiretamente no processo de gestão da água e de saneamento para identificar seus projetos hídricos e suas formas de compreensão sobre a água, durante o período de julho de 2015 a outubro de 2016, através do método “bola de neve”; iii) observação participante em reuniões do CBHLN, entre 2015 e 2017; iv) diagnóstico e histórico de ocupação da área do conflito e uma caracterização socioeconômica da região estudada.

Para a caracterização dos aspectos hidrológicos (material) e hidráulicos (tecnologias e infraestrutura), foram levantados dados sobre disponibilidade hídrica por bacia hidrográfica, dados sobre cobertura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Ilhabela, formas de acesso à água e uma caracterização da infraestrutura hidráulica instalada e projetada para o município.

3 ANÁLISE DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL EM ILHABELA

3.1 *Características e histórico de transformação do território.*

Até a década de 1950, Ilhabela era praticamente inacessível. Em 1958, através dos serviços de travessia marítima que facilitaram o acesso, se estabelecem as condições para uma série de transformações, que possibilitaram o estabelecimento da atividade de turismo e construção civil (Rocha, 2011). Somente a partir da década de 1970 que Ilhabela passou a apresentar características urbanas, associadas ao turismo que se expandiu nas décadas seguintes (Guimarães, 2006).

Atualmente, a região apresenta a alta taxa de crescimento populacional em função, principalmente, da migração (CBHLN, 2018). Os imigrantes paulistas possuem renda familiar maior que a média observada em Ilhabela e são os principais promotores das atividades do setor turístico. Geralmente, são turistas que compram algum imóvel e se fixam na cidade. Os imigrantes originários



Asociación de Universidades
GRUPO MONTEVIDEO



da Bahia e Minas Gerais, por sua vez, compõem a mão de obra não especializada, atraída pelos setores dos serviços de construção e turismo (Aquino, 2011).

A população de Ilhabela pode ser classificada em: moradores, veranistas e turistas (Rocha e Silva, 2009). Destes, os primeiros residem no município, os veranistas possuem casas de segunda residência e estão presentes durante a alta temporada em suas propriedades e os turistas são aqueles que passam pelo município e utilizam seus serviços turísticos (hotéis, pousadas, etc).

A partir do final da década de 1980 começaram a surgir os condomínios, como uma forma de produção de segunda residência, que alteraram a dinâmica espacial (Scifoni, 2005). Na década de 1990, a expansão urbana de Ilhabela determinou a ocupação de quase toda a orla voltada para o continente e se intensifica a ocupação dos bairros mais antigos e próximos do centro por uma população predominantemente fixa e de baixa renda. Também foi observada uma ocupação de bairros mais afastados do centro. A década seguinte, 2000, foi marcada por uma expansão urbana menos acelerada, junto aos locais urbanizados anteriormente. Esta ocupação fragmentada foi promovida pelo mercado imobiliário, através da instalação de condomínios e imóveis de segunda residência de alto padrão (Instituto Polis, 2012).

3.2 *Articulações dos atores do conflito por água em Ilhabela*

Durante o período do conflito, um ator da associação de moradores e outro de uma ONG local buscaram, sem sucesso, discutir com o condomínio a possibilidade de redução da captação. Buscaram também atores do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte (CBHLN), que, por sua vez, incluíram o conflito na pauta das reuniões do CBH e Câmara Técnica de Saneamento de 2013. Esta articulação propôs um projeto piloto de sistema alternativo de abastecimento de água para atender de forma descentralizada a área do conflito (IlhabelaSustentável, 2013).

A proposta foi debatida e deliberada pelo CBHLN, de forma articulada com o Departamento de Águas e Energia estadual (DAEE), atores locais da companhia de saneamento (Sabesp), gestores municipais (prefeitura, secretarias de meio ambiente, obras, saúde, habitação), Promotoria de Meio Ambiente (Ministério Público) e a Companhia Ambiental estadual (CETESB). O projeto piloto estava previsto para ser implementado através do uso de um fundo estadual, denominado FEHIDRO, e contaria também com a participação da Sabesp (CT-SAN/CBHLN, 2012; 2013).

Não obstante, por envolver instituições locais/municipais e estaduais, a discussão saiu do âmbito local para o regional e, posteriormente, para o estadual. Após informações coletadas em entrevistas com atores de diversas instituições, foi possível compreender que em nível estadual, a Sabesp alegou que a área do conflito constava em seu Plano de Ação e que seria, portanto, atendida por ela e não caberia a execução de um projeto piloto local, com uso de recurso FEHIDRO. Com isso, foi interrompida a articulação em torno do projeto piloto.

O ator da associação de moradores relatou que a Sabesp alegou que o local seria atendido até 2016 com um sistema específico concebido pela companhia. No entanto, durante o período de 2014 e 2015, o foco da opinião pública, dos órgãos estaduais e da Sabesp se voltaram para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em função do evento “crise hídrica de São Paulo” (Jacobi, 2015) e o problema persistiu sem solução até o final de 2018. A priorização da RMSP também foi apontada por diversos atores locais em entrevistas e reuniões do CBHLN.

Cabe ressaltar que serviços de saneamento básico seriam de titularidade do Município (Alves, 2008). Contudo, em 2012 foi criada a RMVPLN (Lei Complementar nº 1.166/2012). No caso de regiões metropolitanas, a titularidade dos serviços de saneamento passa a ser compartilhada entre os entes federados (Alves, 2008). Com isso, a tomada de decisão sobre questões como o saneamento, dentre outras, é discutida e deliberada em um conselho deliberativo, no qual existem representantes dos municípios e do Estado (Alves, 2008).

Quanto à organização dos atores, a análise realizada em Tadeu & Sinisgalli (2017) e Tadeu *et al* (2018), apontou que estes se articularam em 3 coalizões políticas. A coalizão “técnico administrativa”, composta por atores estaduais (Secretaria de Recursos Hídricos, Departamento de Águas e Energia e Sabesp), acaba por ter maior poder sobre os processos decisórios principalmente quanto à escolha da empresa de saneamento que atenderá ao município, em função das mudanças institucionais proporcionadas com a formação da RMVPLN. De acordo com as entrevistas, foi possível identificar que os atores desta coalizão acabam por compreender a água como um importante recurso para o desenvolvimento econômico para o Estado, com maior tendência para a RMSP.

A coalizão “político tecnocrata”, composta por atores governamentais e econômicos de escala local e do LN, se articula para, de certa maneira, pressionar a Sabesp para o atendimento oficial das áreas ainda não atendidas. Esta coalizão compreende a água como um recurso importante para o desenvolvimento do principal setor econômico local, o turismo. Já a coalizão “social participativo”, composta por atores locais do Comitê de Bacias Hidrográficas, de ONGs, Associações de Moradores e promotores do Ministério Público Estadual e Federal, se articula para propor o projeto piloto e seus atores manifestam compreensões da água como um direito e defendem a ampliação da participação social de sua gestão (Tadeu *et al*, 2018).

3.3 Aspectos hidrológicos e hidráulicos

Na sub bacia hidrográfica dos córregos São Sebastião/Frade, cerca de 25,01% a 40% do total de água disponível é comprometido oficialmente através de outorga de uso, concedidas pelo DAEE e é classificada como uma sub bacia com relativa alta disponibilidade (CBHLN, 2017). Esta disponibilidade hídrica está fortemente associada ao regime pluviométrico da região, uma vez que o município não possui grandes reservatórios de água.

Ilhabela possui um clima caracterizado por uma temperatura média anual de 24,8°C (mínima de 18,1°C e máxima de 31,5°C) e precipitação total anual de 1.507,4 mm (CEPAGRI, sd). O regime de chuvas no LN, segundo Milanesi (2007), é composto por dois períodos bem definidos: (i) seco entre os meses de julho, agosto e setembro (inverno); (ii) úmido no verão, com maiores valores para os meses de dezembro e janeiro. Vale pontuar que o período úmido, coincide com o período de alta temporada do turismo.

Cabe destacar que a concessão dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto de Ilhabela foi estabelecida pela primeira vez somente em 1973 (Moura, 1973). Em 2017, a Sabesp indica que a cobertura do serviço de abastecimento de água era de 88% (Sabesp, 2017), já a coleta de esgoto seria de 35%, sendo apenas 4% deste, efetivamente tratado (CETESB, 2018). Os dados apontam que a empresa de saneamento atende parcialmente o território do município de Ilhabela e até 2018 a área de estudo ainda não era atendida com os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

O abastecimento oficial de água ocorre principalmente nas áreas centrais, onde se observa a maior concentração populacional e apresenta deficiências para atender áreas isoladas e não adensadas (Instituto Polis, 2013). Nos locais não atendidos pelo serviço oficial, ocorrem captações alternativas diretamente nos corpos hídricos através do uso de mangueiras e que poucas vezes recebem um tratamento adequado (Suzuki, 2013; CBHLN, 2017). Em função da disponibilidade hídrica superficial, o uso da água subterrânea é insignificante (CBHLN, 2018).

O serviço oficial fornecido pela Sabesp é realizado através de dois sistemas de abastecimento de água (Sabesp & Gerentec Latin Consult, 2011). A área do conflito, de acordo com o Plano Diretor da Sabesp, está prevista para ser atendida pelo sistema até o ano de 2025. Já, o sistema de esgotamento sanitário está previsto para ser instalado até 2040 (Sabesp & Gerentec Latin Consult, 2011).



4 CONCLUSÕES

A partir da abordagem de ciclo hidrossocial foi possível analisar o conflito a partir de diferentes dimensões da água, de forma a ampliar a compreensão sobre as relações constitutivas deste. A partir dos aspectos sociais, foi possível identificar que mudanças mais intensas na relação entre sociedade e água ocorre a partir da década de 1960, período de acentuada alteração nas formas de uso e ocupação do território. Neste período, o setor turístico começou a se consolidar como principal setor econômico da região e se tornou um catalisador de empregos que acabou sendo um importante vetor de atração de imigração. Esta imigração transforma as relações sociais, bem como a relação entre sociedade e natureza que se dava até então.

Quando são analisados os aspectos políticos, é possível perceber que estão fortemente associados aos aspectos econômicos. Isto porque, dada a situação do conflito, as propostas de alternativas formais descentralizadas, esbarram nos interesses institucionais da Sabesp que está alinhada aos interesses dos atores estaduais (coalizão “técnico administrativa”) que possuem maior enfoque na RMSP, onde se insere a capital do Estado. Estes atores se articulam para criar a RMVPLN, que reduz o poder local de decisão sobre o saneamento. Por outro lado, em escala local, os diferentes atores do LN (coalizões “social participativo” e “político tecnocrata”) buscam se articular com atores de distintos níveis para buscar alternativas políticas e tecnológicas que valorizam a escala local de tomada de decisão.

A partir dos aspectos hidrológicos e hidráulicos, foi possível evidenciar como a “disponibilidade física” não é um fator determinante para as dificuldades no acesso à água. Foi possível perceber que a comunidade local depende e se articula em função da disponibilidade hídrica física de água dos corpos hídricos. Esta disponibilidade natural de água, por um lado acaba por promover uma latência do conflito, como foi possível notar no caso estudado. Nos períodos de maior pluviosidade, a disponibilidade atende a todas as demandas e os atores tendem a reduzir a pressão para buscar uma alternativa ao problema. No entanto, com a ausência de medidas duradouras, existe o risco de o conflito ocorrer novamente no caso de uma nova redução da disponibilidade hídrica.

5 REFERÊNCIAS

- ALVES, A. C. (2008) SANEAMENTO BÁSICO: A OBSCURIDADE JURÍDICA E SUAS RAZÕES. REVISTA SANEAR, N.3.
- AQUINO, M. B. (2011) DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CIDADES DE PEQUENO PORTE: ILHABELA, UM ESTUDO DE CASO. (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO). CAMPINAS: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.
- BARLOW, M; CLARKE, T. (2003) OURO AZUL: COMO AS GRANDES CORPORAÇÕES ESTÃO SE APODERANDO DA ÁGUA DOCE DO NOSSO PLANETA. SÃO PAULO: MAKRON BOOKS DO BRASIL.
- CBHLN. (2018) RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO LITORAL NORTE DE 2018 – COM DADOS DE 2017. UBATUBA: CBHLN.
- CBHLN. (2017) COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE. RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO LITORAL NORTE DE 2017 – COM ADOS DE 2016. UBATUBA: CBHLN.
- CEPAGRI. CENTRO DE PESQUISAS METEOROLÓGICAS E CLIMÁTICAS APLICADAS À AGRICULTURA. CIDADE UNIVERSITÁRIA "ZEFERINO VAZ". RECUPERADO DE: [HTTP://WWW.CPA.UNICAMP.BR/OUTRAS-INFORMACOES/CLIMA_MUNI_237.HTML](http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_237.html).
- CETESB. (2018) COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. RELATÓRIO DE QUALIDADE DAS PRAIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO 2017. SÃO PAULO: CETESB.
- CT-SAN / CBHLN. (2012) CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO DO COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE. MEMÓRIA DA REUNIÃO DA CT-SAN DO CBH-LN COM SABESP DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012. CARAGUATUBA.

- CT-SAN / CBHLN. (2013) CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO DO COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE. MEMÓRIA DA REUNIÃO COM PREFEITO SOBRE PROJETO-PILOTO RODAMONTE DE 7 DE FEVEREIRO DE 2013. ILHABELA.
- GODOY, F. B; FORMAGGIA, D. E. (2013) PROJETO PILOTO PARA IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS EM SANEAMENTO NA COMUNIDADE DE RODAMONTE. EN: SOLUÇÕES INOVADORAS DE TRATAMENTO E REÚSO DE ESGOTOS EM COMUNIDADES ISOLADAS – ASPECTOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS. CAMPINAS: ABES.
- ILHABELA. (2018) PREFEITURA DE ILHABELA SEGUE TRABALHANDO NO MAIOR PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA HISTÓRIA DA CIDADE. RECUPERADO DE: [HTTPS://WWW.ILHABELA.SP.GOV.BR/BLOG/PREFEITURA-DE-ILHABELA-SEGUE-TRABALHANDO-NO-MAIOR-PROJETO-DE-REGULARIZACAO-FUNDIARIA-DA-HISTORIA-DA-CIDADE/](https://www.ilhabela.sp.gov.br/blog/prefeitura-de-ilhabela-segue-trabalhando-no-maior-projeto-de-regularizacao-fundiaria-da-historia-da-cidade/).
- INSTITUTO POLIS. (2012) RESUMO EXECUTIVO DE ILHABELA. LITORAL SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DA REALIDADE DO MUNICÍPIO E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. SÃO PAULO: INSTITUTO POLIS.
- INSTITUTO POLIS. (2013) LITORAL SUSTENTÁVEL – INSTITUTO POLIS. DIAGNÓSTICO URBANO SOCIOAMBIENTAL | MUNICÍPIO DE ILHABELA - BASE DAS INFORMAÇÕES: ATÉ 2012 REVISÃO DE MARÇO DE 2013. SÃO PAULO: INSTITUTO POLIS.
- JACOBI, P. R.; CIBIM, J.; LEO, R. S. (2015) CRISE HÍDRICA NA MACROMETRÓPOLE PAULISTA E RESPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL. ESTUDOS AVANÇADOS, v. 29, n. 84, p.27-42.
- LEI COMPLEMENTAR Nº 1.166, DE 09 DE JANEIRO DE 2012. CRIA A REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS. SÃO PAULO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO.
- LINTON, J.; BUDDS, J. (2014) THE HYDROSOCIAL CYCLE: DEFINING AND MOBILIZING A RELATIONAL-DIALECTICAL APPROACH TO WATER. GEOFORUM, VOL.57, PP.170-180.
- MILANESI, M.A. (2007) AVALIAÇÃO DO EFEITO OROGRÁFICO NA PLUVIOMETRIA DE VERTENTES OPOSTAS DA ILHA DE SÃO SEBASTIÃO (ILHABELA-SP). (DISSERTAÇÃO - MESTRADO). SÃO PAULO: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.
- MOURA, B. P. (1973). ESCRITURA DE CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA E DISPOSIÇÃO DE ESGOTOS SANITÁRIOS – BRASIL, 05 DE JANEIRO DE 1973. RECUPERADO DE: [HTTP://SITE.SABESP.COM.BR/SITE/UPLOADS/FILE/CONTRATOS_MUNICIPIOS/ILHABELA.PDF](http://site.sabesp.com.br/site/uploads/file/contratos_municipios/ilhabela.pdf).
- ROCHA E SILVA, C. D. (2009) CIDADE E NATUREZA: MERCADO IMOBILIÁRIO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO URBANO EM ILHABELA. (DISSERTAÇÃO - MESTRADO). SÃO PAULO: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.
- ROCHA, K. N. D. (2011) RELAÇÕES ENTRE A VULNERABILIDADE SOCIAL E A FRAGILIDADE AMBIENTAL NO LITORAL NORTE PAULISTA: O CASO DOS MUNICÍPIOS DE ILHABELA, SÃO SEBASTIÃO, CARAGUATATUBA E UBATUBA. (DISSERTAÇÃO - MESTRADO). CAMPINAS: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.
- SABESP; GERENTEC LATIN CONSULT. (2011) PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO BÁSICO DO LITORAL NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO – PDLN – RELATÓRIO SÍNTESE DE 2011. SÃO PAULO: SABESP.
- SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ-GARAVITO, C. A. (2005) LAW, POLITICS, AND THE SUBALTERN IN COUNTER-HEGEMONIC GLOBALIZATION, LAW AND GLOBALIZATION FROM BELOW. CAMBRIDGE: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS.
- SUZUKI, F. K. S. (2013) AVALIAÇÃO DOS REFERENCIAIS LEGAIS QUANTO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM REGIÕES OCUPADAS DA ZONA DE AMORTECIMENTO NO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA (SP). (DISSERTAÇÃO - MESTRADO). SÃO PAULO: INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.
- SWYNGEDOUW, E. (2004) PRIVATIZANDO O H₂O - TRANSFORMANDO ÁGUAS LOCAIS EM DINHEIRO GLOBAL. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, 6(1).
- TADEU, N. D.; SINISGALLI, P. (2017) LA DISPUTA POLÍTICA POR ACCESO AL AGUA Y LA INJUSTICIA HÍDRICA - ESTUDIO DE CASO EN ILHABELA (SP/BRASIL). EN: VIII JORNADAS DE ECONOMÍA ECOLÓGICA, ROSARIO.
- TADEU, N. D.; ALVES, E. M; SINISGALLI, P.; FRACALANZA, A. P.; JACOBI, P. (2018). IN THE SHADOWS OF PARTICIPATION: COALITIONS OF WATER ACCESS IN ILHABELA (SÃO PAULO, BRAZIL). EN: POUPEAU, F.; RAZAFIMAHEFA, L; ROBERT, J.; MERCIER, D.; MASSARDIER, G.; JACOBI, P. WATER CONFLICTS AND HYDROCRACY IN THE AMERICAS. COALITIONS, NETWORKS, POLICIES. (PP. 221-240). SÃO PAULO: IEE-USP.